

06 DEZ 1995

■ OPINIÃO

Economia Brasil

Estabilização, política cambial e abertura comercial

Jorge Chami Batista (*)



Os sucessivos e substanciais déficits na balança comercial do Brasil no período entre novembro de 1994 e junho de 1995 exacerbaram as pressões para que o governo desvalorizasse a taxa de câmbio, além de gerarem fortes pressões protecionistas. As políticas cambial e de abertura da economia foram apontadas como as principais causas desses déficits, que para alguns alarmistas de plantão alcançariam um valor acumulado de US\$ 10 bilhões ao final de 1995. Na realidade, o déficit, acumulado neste ano deverá ser mais próximo de US\$ 3 bilhões.

De fato, os déficits na balança comercial tinham como causa fundamental o excesso de demanda doméstica provocado pelo Plano Real, não obstante o extraordinário crescimento da produção interna. Em outras palavras, os residentes no País gastavam mais em consumo e investimento do que era possível produzir domesticamente no curto prazo. Deve-se ressaltar que um aumento relativamente pequeno da demanda acima da produção doméstica poderia facilmente dobrar o valor das importações no Brasil em curto espaço de tempo, devido ao inicialmente muito baixo coeficiente de importações.

Esse excesso de demanda foi corretamente diagnosticado pelo governo no ano passado, que, de forma consistente, implementou uma série de medidas de política monetária restritiva desde o último quadrimestre de 1994. Simultaneamente a essa tentativa de controle da demanda, o governo realizou esforços no sentido de ampliar a oferta de bens e serviços na economia por meio do aumento das importações. O superaquecimento da economia era análogo ao de uma panela de pressão, cuja válvula apitava indicando que ela estava prestes a estourar. No caso da economia brasileira, isso significava desbastecimento e o retorno implacável da inflação. O governo procurava baixar o fogo e ampliar a válvula de escape através das importações. Não fosse pela crise do México, o salto nas importações no final do ano poderia já naquele momento ser comemorado juntamente com a queda da taxa de inflação naquele mês. Tendo já revertido os substanciais déficits na balança comercial, através do desaquecimento da economia, não é difícil afirmar o acerto das decisões de política econômica naquela ocasião, uma vez que seguramente seria muito difícil reverter o repique que

tarifárias poderiam ser impostas sobre as importações. A hesitação do governo com relação à política comercial e os anúncios prévios de medidas protecionistas provocaram substancial antecipação de importações. Além dos efeitos especulativos provocados pela antecipação das medidas protecionistas, o estabelecimento de um regime de cotas e incentivos vinculados ao desempenho exportador para o setor automobilístico foi uma decisão das mais infelizes. Ao contrariar compromissos assumidos pelo País na conclusão da Rodada Uruguai, essa decisão nos expôs, e continua nos expondo, de forma pouco confortável na Organização Mundial de Comércio. Ademais, desgastou desnecessariamente nossa relação com a Argentina, foi inócuia na sua intenção de conter as importa-

ções no segundo semestre, mas provocou uma avalanche de importações especulativas no primeiro semestre do ano. As idas e vindas da política comercial estimulam os investimentos em lobbies, geram estoques especulativos e tornam ainda difícil estimar a tendência atual de crescimento das importações em geral.

Política cambial e abertura da economia apontadas como causas dos déficits

Apesar do êxito que as políticas monetária e creditícia restritivas tiveram em desaquecer a economia, gerar superávits comerciais e manter a taxa de inflação anual bem abaixo das expectativas, o raião de manobra

da política econômica para obter equilíbrio interno e externo tem se reduzido perigosamente em razão do péssimo desempenho das contas públicas. É essencial manter a economia desaquecida para sustentar a estabilidade dos preços, enquanto não são aprovadas as reformas constitucionais. A redução nos preços dos serviços em relação ao índice geral de preços e a consolidação do processo de desindexação requerem que a economia se mantenha desaquecida. O desaquecimento também abre espaço para uma política cambial mais ativa. Deve-se ressaltar que essa proposta é oposta àquela que, ao manter uma mentalidade indeixadora, sugeriu a desvalorização cambial para corrigir "a defasagem cambial", provocada pela inflação de demanda nos preços dos serviços ("non-tradable").

O grave problema a ser enfrentado pelas autoridades econômicas é o risco de um reaquecimento prematuro da economia face à crescente ineficácia da política monetária diante da expansão fiscal e da necessidade de manter o processo de desvalorização nominal da taxa de câmbio.

A retomada do crescimento só será sustentável se for sob a liderança das exportações e dos investimentos. Para tal é preciso focar na questão fiscal, na redução do custo Brasil e nas reformas constitucionais. Não é a abertura econômica que foi rápida demais, como interesses particulares contrariados diante dos evidentes e amplos benefícios por verem seus interesses particulares contrariados diante dos evidentes e amplos benefícios da abertura. São as reformas e o ataque frontal à questão

fiscal e ao chamado custo Brasil que são lentos demais. Permitir o reaquecimento prematuro da economia e uma política protecionista defensiva seria um enorme retrocesso. Aqui nossa melhor defesa continua sendo o ataque, rompendo as barreiras internas e externas às nossas exportações. Convém lembrar que, se tivéssemos apenas mantido a participação no mercado mundial que detínhamos dez anos atrás, nossas exportações deveriam estar alcançando cerca de US\$ 70 bilhões. O crescimento e o enobrecimento de nossas exportações só serão possíveis com o processo de especialização na produção, implícito na abertura econômica, e com a retomada dos investimentos.

Além das dificuldades de caráter político, a questão fiscal, a redução do custo Brasil

e as reformas constitucionais são também retardadas pelo desaparecimento, corporativismo e ineficiência da máquina pública. Não é coincidência que as políticas de governo menos intensivas no uso da administração pública, acabam por se tornar instrumento para atender lobbies organizados e seus interesses particulares. É também por isso que a reforma administrativa proposta pelo ministro Bresser Pereira é tão importante e praticamente precondição para uma política industrial de interesse público.

(*) Jorge Chami Batista é professor de economia da UFRJ.